



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS
ENCONTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS**

**RELATÓRIO DO ENCONTRO DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS DO
ESTADO DE SANTA CATARINA**

**ATA DO ENCONTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS,
REALIZADO NO DIA 21 DE OUTUBRO DE 2005, NO AUDITÓRIO DA
REITORIA DA UFSC.**

MESA DE ABERTURA

COORDENADOR (Erlédio Pering) – Senhoras e senhores, bom-dia.

O Encontro Estadual de Educação em Direitos Humanos que se desenvolverá no dia de hoje é uma promoção do Governo Federal, junto com a Universidade Federal do Estado de Santa Catarina, a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Udesc), a Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia e a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, através da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Para dar início aos trabalhos, convidamos o coral do Colégio de Aplicação da Universidade Federal, para nos brindar com algumas músicas da cultura brasileira, tendo como regentes a Sra. Estela Maris Besen Guerini e o Sr. André Franzoni Alexandre.

(Procede-se à apresentação do Coral Infantil do Colégio de Aplicação da UFSC, com as músicas Bemkê de Milton Nascimento, Feitiço da Vila de Noel Rosa, e Barra da Lagoa de Neco.)

A coordenação agradece a presença do coral do Colégio Aplicação, a cada uma das crianças e ao trabalho inspirador da professora Estela e do professor André.

Após esta apresentação, que teve o objetivo de inspirar os trabalhos, foram convidados para compor a mesa as seguintes autoridades: o Sr. Marcos Laffin, Pró-Reitor de Ensino e Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, neste ato representando

o Reitor; a Sra. Nair Bicalho, representando o Governo Federal e a coordenação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos; a Sra. Deputada Estadual Ana Paula Lima, Presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina; a Sra. Eunice Sueli Nodari, neste ato representando o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras; a Sra. Edir Seemund, Gerente de Educação Superior, neste ato representando o Secretário de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina; a Sra. Tatiana Comiotto Menestrina, Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Comunidade da Udesc; e o Sr. Dorian Ribas Marinho, da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina.

Num primeiro momento, foram ouvidas as autoridades da mesa, em seguida, a professora Nair Bicalho fez uso da palavra para apresentar o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Posteriormente, foram formados grupos de trabalho para discutir e propor sugestões ao Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

MARCOS LAFFIN (Representante do reitor da UFSC)

“É com satisfação que a Universidade Federal de Santa Catarina, através da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão e da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, participa da organização e divulgação deste evento de sensibilização e constituição de direitos inalienáveis de todo ser humano.

Estamos vivendo no marco temporal e histórico do século XXI, e particularmente na sociedade brasileira, ainda são incipientes e novas as ações no que tange à responsabilidade e à plena concretização do Estado democrático e de direito.

O ser humano tem elaborado durante o seu percurso histórico e cultural múltiplas alternativas de convívio e de bem-estar social. No entanto, ainda não superou os indícios de sua maior civilidade: a inclusão e a participação de todos os sujeitos aos bens culturais construídos pelo homem universal. E um dos maiores entraves para a plena participação social é a dimensão econômica que se sobrepõe às demais dimensões do ser humano. A perspectiva do capital, em sua acumulação primitiva e nefasta, convive com o homem moderno aumentando a ganância do lucro e, com isso, alienando a participação inclusiva.

Temos na sociedade brasileira múltiplos documentos tais como decretos, leis, normas, que constituem um conjunto normativo de ordenamento social, mas que no entanto, não se manifestam em benefício dos pobres e dos marginalizados. Os projetos paliativos e os poucos recursos destinados ao combate do analfabetismo, ao programa de saúde e às dinâmicas do meio ambiente, são situações concretas de um mundo capital cuja preocupação reside na contradição dos discursos, no conflito das ideologias e na cobiça de uma casa chamada Agrônômica e de um palácio chamado Alvorada.

Penso que quando a democracia assume unicamente os contornos ideológicos, ela nada mais revela do que a corrupção política que precariza os espaços democráticos já existentes. Combater essas políticas corporativas que destituem a participação de todos os seres humanos e seu pleno desenvolvimento biopsicossocial, é um desafio que se coloca para todas as pessoas de bem e de cultura.

Este fórum catarinense de direitos humanos é um espaço privilegiado, e pretendendo ser democrático, pode representar possibilidades de intervenção numa sociedade injusta, que nega aos seus constituintes os direitos à educação, à saúde, à moradia, ao trabalho, ao lazer, à cultura e, sobretudo, à ampla participação nas decisões sociais.

Enquanto a sociedade for demarcada por quem possui e por quem não possui direitos, há de se pensar o que se deseja com aquilo que chamamos de direitos humanos. Então, que saibamos começar pelo Estado catarinense.”

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina)

“Estou honrada em estar contribuindo, através da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, na realização desta audiência pública, que estava sendo planejada há vários meses.

O debate sobre o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos foi institucionalizado a partir de 2003, com a definição do governo de que é prioridade e eixo fundamental das políticas públicas a educação em direitos humanos. Para alcançarmos esse

objetivo, peço licença para citar o filósofo, sociólogo e pedagogo Rousseau, que nos ensina: ‘a pátria não subsiste sem a liberdade, nem a liberdade sem a virtude, nem a virtude sem os cidadãos... Ora, formar cidadãos não é questão de dias, e para tê-los adultos é preciso educá-los desde crianças’. O educador Paulo Freire lembra que ‘educar exige a convicção de que a mudança é possível’. Esse é o desafio da discussão que está sendo iniciada em Santa Catarina a partir de hoje.

Embora seja o último Estado da nossa Federação a realizar o Encontro Estadual da Educação em Direitos Humanos, pela agenda de debates proposta pelo Governo Federal, a iniciativa ainda está em tempo. Devemos todos aqui dar a nossa colaboração para que possamos avançar nesta relevante questão, que coloca em xeque o modelo convencional da educação na realidade do mundo globalizado. Caberá a nós, participantes deste encontro, fazer uma reflexão sobre a paz pelo viés da construção de atitudes, comportamentos e valores orientados para a formação da cidadania e para a promoção de uma cultura da não-violência.

Essa meta tem como requisito indispensável o compromisso pedagógico da mudança da formação dos próprios professores, a compreensão efetiva do educador sobre a integralidade e a indivisibilidade dos direitos fundamentais, seu contexto histórico, sem caráter público e reclamável.

Esse grande plano proposto pela educação em direitos humanos, é o caminho para alterarmos o atual quadro de graves violações por uma sociedade de cidadãos mais conscientes de seus direitos, dos meios para a sua proteção e voltados para o fortalecimento do estado democrático de direito e da cultura da paz.

Por isso quero mais uma vez agradecer aos parceiros desta audiência pública: a Universidade Federal de Santa Catarina, a Udesc, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, a Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia, os Centros de Direitos Humanos, e a todos vocês pela disposição em participar do projeto grandioso de tornar o Brasil um país onde prevaleça a justiça social.”

EDIR SEEMUND (Representante do Secretário de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina)

“Em nome do Secretário de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia, professor Antônio Diomário de Queiroz, manifestamos nossa satisfação e nossa preocupação em compartilhar neste momento do Encontro Estadual de Educação em Direitos Humanos.

O Estado de Santa Catarina, consciente de seu papel e de sua responsabilidade na participação da construção de uma educação voltada e comprometida com a formação para a cidadania, assume junto com a sociedade, aqui representada, a proposta de pensarmos na elaboração de políticas e ações voltadas à construção de uma sociedade mais humana, mais justa e solidária.

A Educação em Direitos Humanos é um direito e um dever de todos. A perspectiva de construirmos uma política voltada para a cultura de valores nos desafia. Só é possível construir algo, se assumirmos de forma conjunta programas, projetos e ações voltados a uma cultura de convivência respeitosa nas relações humanas. Temos que considerar nessa construção, o conhecimento e a compreensão da dimensão dos valores elaborados nessa categoria.

A cultura da mudança só é possível se pensarmos, se ansiarmos pela justiça, pelo entendimento dos diferentes, se estivermos imersos em práticas que demonstrem a possibilidade de sermos parte, e promovermos de forma efetiva a construção de um cidadão e, por conseguinte, uma sociedade mais aberta, mais humana, mais sincera, mais justa e mais social.

O ser humano inventou a violência e é o único ser vivo que maquina para ser mais violento, que destrói calculando o tamanho da destruição.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos e outros documentos internacionais e nacionais afirmam o direito de todos à educação, orientada para o pleno desenvolvimento da personalidade humana, o fortalecimento do respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, demandando aos atores públicos e à sociedade a necessidade de se tratar a Educação em Direitos Humanos como questão de política de Estado.

Portanto, a preocupação do momento se soma aos desafios do profissionalismo, da ética na atuação, na busca incessante dos direitos de cada um e na responsabilidade da

atuação de todos. Gerações jovens mais e melhor educadas representam, entre outras situações, a possibilidade de termos a esperança em futuras gerações menos excludentes.

Desenvolver em nossas crianças e em nossos jovens a capacidade de resolver conflitos através da palavra é um desafio. Ninguém nasce santo, ninguém nasce bandido! Nem eu, nem você nascemos o que somos, nos construímos em nosso dia a dia, nas relações e ações desenvolvidas em parceria com outros homens e mulheres.

O Estado não está fora do contexto nacional e internacional quando trata dos direitos e deveres, de políticas voltadas à construção e à garantia dos direitos de seus cidadãos, das dificuldades do processo ensino-aprendizagem, da avaliação e da evasão escolar. Trata-se, enfim, de uma proposta de construção a ser elaborada, seguida e cumprida em nome dos direitos de todos e de cada um.

Sendo assim, convidamos a cada um a fazer a sua parte. Não basta começar, é preciso continuar. Educação é uma questão de justiça social!”

EUNICE SUELI NODARI (Representante do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras)

“Ser uma das últimas a falar sempre é interessante, porque praticamente tudo o que diríamos já foi falado pelos colegas da mesa. Mas ao cumprimentar a Nair Bicalho, representante do Governo Federal, cumprimento os demais componentes da mesa, e todos os nossos colegas que estão aqui para discutir o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Em nome do Fórum Nacional de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras, gostaríamos de manifestar a nossa satisfação em sermos organizadores deste evento. O Fórum Nacional recebeu no ano de 2004, o Prêmio Nacional em Direitos Humanos pelo trabalho que está realizando nessa área nas universidades brasileiras. Então, nada mais justo que fôssemos co-partícipes na organização do evento.

Mesmo que Santa Catarina seja o último Estado a organizar este evento, isso não significa que seja menos importante, talvez seja até mais importante. Sabemos que nem sempre é fácil mobilizar as pessoas, mas no momento em que fazemos algo, fazemos bem-feito. Santa Catarina sempre é modelo em todos os eventos que organizamos. Tenho certeza de que o dia de hoje será muito profícuo não só para o Plano Nacional, mas também para a

comissão que a Deputada estava propondo para que pudéssemos discutir este conteúdo ao nível estadual.

Em nossa universidade, assim como em todas as universidades de Santa Catarina, há inúmeros projetos de extensão, de pesquisa que discutem e atuam nessa área nas diferentes regiões do Estado, visando à inclusão social daqueles menos favorecidos.

Como umas das organizadoras deste evento, gostaria agora de fazer os agradecimentos.

Quero agradecer o Sr. Erlédio, assessor parlamentar da Deputada Ana Paula, que esteve conosco o tempo todo, não mediu esforços, juntamente com a Rosemar, que é minha assistente na PRCE, e com a professora Edir, da Secretaria da Educação, no sentido de em poucos dias mobilizar as pessoas para este evento. Sabemos que a Universidade está passando por um momento atípico, em greve, mas, mesmo assim, conseguimos realizar este evento.

Quero agradecer em especial ao Sistema Acafe, que respondeu à representação de todas as universidades, pelo menos por *e-mail* – acredito que estejam aqui –, bem como à Secretaria da Educação, a professora Edir, a nossa grande parceira em todos os eventos. Pelo número de inscritos, temos representantes desde São Miguel do Oeste, Joaçaba, passando pela outra parte do Estado também – as duas pessoas que conversei são de São Miguel do Oeste e Joaçaba, mas sabemos que vieram de todo o Estado. Acho isso importantíssimo, porque se o tema é educação em direitos humanos, passa exatamente pelo ensino fundamental e médio.

Quero também dizer que os nossos representantes da Universidade Federal de Santa Catarina estão aqui. São vários diretores de centros que deram conta da importância desse tema e passarão a manhã e a tarde de hoje conosco.

Espero que tenhamos um dia bastante profícuo. Que este evento seja apenas o início dessa discussão aqui em Santa Catarina e que possamos manter acesa a chama no decorrer dos anos.”

TATIANA COMIOTTO MENESTRINA (Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Comunidade da Udesc)

“O Brasil e a América Latina, em seu contexto cultural, são marcados pela exclusão e a violência social em grande parte. A educação para os direitos humanos, a ética e a cidadania democrática apresentam-se, desta forma, como uma demanda social emergente para as universidades brasileiras.

Nesse sentido, as universidades e as demais instituições devem buscar o fortalecimento da democracia, propondo e adotando políticas capazes de provocar o rompimento com o modelo de violência estrutural, institucional, cultural e subjetiva que se produz e reproduz por todos os segmentos sociais e institucionais sob as mais diversas formas e, muitas vezes, vedadas formas.

Educar sob a ótica do respeito aos direitos humanos significa oportunizar a todos o acesso a um conjunto de conhecimentos que possibilite a construção de uma cidadania democrática. A ciência e a profissionalização devem ser práticas socialmente responsáveis para a introjeção e conseqüente desejo de solidariedade, igualdade e liberdade.

É importante salientar que a extensão universitária em sua proposta desenvolve ações voltadas para o desenvolvimento do compromisso social das universidades na formação da cidadania democrática, no explícito compromisso fundamentado pela atitude de educar para o exercício desta.

Através de programas de projetos, as universidades têm desempenhado sua função social, segundo o Fórum de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, quando oferecem aos distintos setores da sociedade a promoção da igualdade no acesso ao conhecimento e à cultura, formando sujeitos que se reconheçam a si e ao outro como autores construtores de direitos e deveres e como força motriz da história social.

Através das atividades de extensão em direitos humanos, acadêmicos, professores e técnicos têm participado na construção de uma sociedade promotora dos direitos civis, políticos, econômicos, culturais e sociais, o que chamamos de participação efetiva e eficaz.

A extensão na Udesc, através da área temática de Direitos Humanos, tem desenvolvido atividades que objetivam discutir e implementar ações para a melhoria da qualidade educacional e social de crianças e adolescentes dos treze municípios das regiões Norte e Nordeste de Santa Catarina: intervir na elaboração das políticas da promoção da

igualdade, diversidade cultural e de desenvolvimento das populações afro-brasileiras em Santa Catarina; apoiar decisivamente na atividade indígena no Estado com a criação de uma biblioteca escolar na aldeia Guarani, no Morro dos Cavalos, Município de Palhoça; desenvolver ações participativas que culminem com o ingresso e permanência da população afro-descendente na universidade, com a preocupação da não-formação de um paternalismo exacerbado; construir o mote de um resgate cultural genuíno através do desenvolvimento de atividades atrativas para jovens (em sua maioria envolvidos na contravenção) da Comunidade Nova Esperança; buscar aprimoramento da capacidade comunitária de geração de renda; capacitar jovens e crianças para a utilização crítica dos instrumentos computacionais disponíveis; desenvolver habilidades voltadas para a utilização de *softwares* básicos, interligando a discussão sobre cidadania democrática na explícita formação da inclusão digital; oportunizar aos estudantes oriundos de camadas populares condições de acesso ao ensino superior; resgatar os diversos aspectos da cultura afro-descendente e ações voltadas à sua divulgação, produção e desenvolvimento das comunidades relacionadas com esse substrato cultural, e ao mesmo tempo, desenvolver atividades educativas, viabilizando a inclusão destes às políticas públicas, entre tantas outras atividades que desenvolvemos.

Assim é que a Udesc deixa visível, de maneira lúcida e transparente, através da atitude extensionista, a missão de tornar possível a inclusão social crescente por toda a sua trajetória histórica, compromisso catarinense de contribuir para o desenvolvimento de um povo.”

DORIAN RIBAS MARINHO (Representante da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SC)

A OAB/SC tem uma longa trajetória no trabalho com os direitos humanos, seja na atuação prática, específica de sua comissão, seja na coordenação de educação para os direitos humanos, que tenho o privilégio de coordenar.

Temos colaborado com o Comitê Nacional fazendo algumas sugestões e gostaríamos de colocar alguma experiência que temos nessa prática de formação de professores, no sentido de desenvolver um trabalho articulado ao nível nacional.”

COORDENADOR (Erlédio Pering) – Nós queremos agradecer às autoridades presentes à mesa. A idéia que temos é a de que, após a apresentação da professora Nair Bicalho, que participou da equipe nacional que elaborou o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, possamos constituir alguns grupos de trabalho, que irão debater as cinco temáticas do Plano.

Depois desse trabalho, faremos a apresentação do trabalho dos grupos, coletivamente. Aprovaremos iniciativas, propostas e sugestões do coletivo de Santa Catarina para o aprimoramento do PNEDH.

NAIR BICALHO (Membro do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos)

A educação em direitos humanos tem uma pedagogia muito especial, chamada de pedagogia do afeto. É uma prática em que trabalhamos a questão dos direitos humanos pensando no coração das pessoas. É uma proposta muito sensível a todo sofrimento humano. No caso brasileiro, a questão da desigualdade social, que foi mencionada aqui por diversos colegas, a questão do cidadão e do não-cidadão, essa separação que se faz entre ricos, integrados na sociedade, cidadãos, e pobres, miseráveis, excluídos da sociedade, não-cidadãos ou cidadãos de segunda categoria, uma pobreza naturalizada. As pessoas neste país olham os pobres como se fossem uma tela na parede, algo que já ficou totalmente naturalizado no cotidiano. Em geral, não há nenhum impacto maior que a miséria e a pobreza nos causam, na medida em que são seculares, são quinhentos anos convivendo com a pobreza e a miséria em um país de muitas secas, que sempre gerou despossuídos.

Então, essa situação nacional que mantém, e por vezes até amplia a distância entre ricos e pobres, na qual ainda não vimos mudanças substantivas, é uma referência para a nossa pedagogia do afeto, porque estamos sinalizando em direção a discursos e práticas solidário-participativas, de forma que seja possível chegar em um horizonte de cidadania para todos, universalizar o acesso aos direitos. Não basta ter direito a ter direitos, é preciso exercitá-los e conquistar novos direitos.

A sociedade brasileira hoje vive um momento muito especial. Nós estamos num debate público, ainda muito limitado, da questão do desarmamento. Vocês percebem que não teve uma discussão profunda sobre a questão da segurança pública, houve muitos

estereótipos, o direito do cidadão contraposto ao do bandido como um não-cidadão, e o reforço do fetiche da arma como proteção. Enfim, estamos vivendo um momento importante para abrir a discussão sobre uma cultura da paz, ainda que limitada, ainda que cheia de contradições. Nós percebemos que as pessoas pouco informadas não se dão conta do que está implícito nesse debate do desarmamento. A própria Universidade esta semana viveu um conflito interno com os alunos pressionando pelo reajuste das bolsas, adotando uma atitude política mais radical. E temos visto isso não só por parte dos alunos, mas dos sindicatos do setor público, onde as correntes políticas mais radicais têm se apropriado das direções e têm mantido esse discurso.

Este é o momento em que a experiência da educação dos direitos humanos é muito importante como uma maneira de lidar com o conflito, responder ao conflito com a mediação. Ouvir, negociar e não fazer o confronto. Essa é a postura democrática que nós temos que incorporar, porque afinal, o que estamos tendo é uma grande oportunidade para discutir uma cultura de paz que faça essa mudança de valores e práticas sociais, porque vocês todos sabem, somos não só um Estado autoritário, mas uma sociedade autoritária, uma sociedade que discrimina ao nível racial, sexual e de gênero. Somos uma sociedade discriminatória.

Então, é preciso que nós, com a proposta da educação em direitos humanos, que vai direto à questão do comportamento diário das pessoas, na maneira de pensar o mundo, de sentir as questões e de reagir aos problemas, mudemos de atitude. Educação em direitos humanos é uma mudança de atitude. Valores, práticas, posturas, modos de vida, enfim, é com isso que nós temos a esperança de construir uma sociedade fraterna, feliz e cidadã.

NAIR BICALHO – Exposição sobre o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos foi elaborado pelo Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, constituído por uma portaria do Ministro Nilmário Miranda em 2003.

Ficamos incumbidos de trabalhar proposta de um plano nacional e decidimos que faríamos esse plano pensando em cinco áreas que nos pareciam prioritárias para desenvolver este trabalho. A primeira, era a questão da educação básica, o primeiro passo, o

mais importante, ocasião em que as pequenas crianças começam as brincadeiras infantis, nem sempre amorosas e justas e precisam ter alguém com um papel orientador, para lidar com as brincadeiras num sentido construtivo, trabalhando as atitudes discriminatórias e preconceituosas que vem da moral familiar. Como somos uma sociedade autoritária, as crianças pequenas já deveriam receber na escola, uma orientação para adotar uma atitude mais fraterna e solidária, trabalhando com a idéia de pluralidade e a diversidade no dia-a-dia.

O ensino superior é um espaço que consideramos da maior importância, não só porque na universidade estamos formando futuros profissionais deste país que vão multiplicar na sua prática profissional o que aprenderam, mas porque a universidade também faz a pesquisa nacional. As universidades federais públicas são responsáveis por esta tarefa científica e também realizam as atividades de extensão, ou seja, o trabalho com a comunidade tal como é o caso do treinamento e a reciclagem dos professores de 1º e 2º grau.

A área da educação não-formal engloba as igrejas, sindicatos, o sistema S (Senai, Sesc, Sesi) e todas as formas de associativismo civil. Santa Catarina têm uma experiência comunitária belíssima de formação de conselhos comunitários, muito enraizados no dia-a-dia das pessoas. É algo que se faz há décadas aqui no Estado, e isso ajuda bastante esse trabalho da educação não-formal, no sentido de contribuir para pensar algo em torno da cidadania e da participação, incorporando valores e práticas dos direitos humanos.

Além disso, temos a área de educação dos profissionais do sistema de justiça e segurança, à medida em que um grande número de violações dos direitos humanos está nessa área. As nossas prisões são espaços de profundo sofrimento, ali se praticam torturas, arbitrariedades e diferentes tipos de violação.

Temos ainda a área de educação e mídia, porque cada vez mais as informações sobre o mundo são veiculadas pela mídia. E como no caso brasileiro nós estamos tendo inúmeros problemas com os programas nacionais, é da maior importância a capacidade de ter algum diálogo, alguma interlocução com esses profissionais.

Então nós trabalhamos a idéia do Plano pensando no Brasil, um país onde os direitos humanos e a cidadania avançaram muito pouco em relação aos principais direitos: vida com qualidade, saúde, educação, moradia, lazer, meio ambiente saudável, saneamento

básico, segurança, trabalho e diversidade cultural. Segundo um balanço que fizemos, avançamos muito pouco nessas áreas.

Redefinimos uma postura de apoio aos princípios básicos dos direitos humanos pautados na liberdade, igualdade, diversidade e na idéia ratificada na Conferência de Viena sobre a universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos.

Pensamos também em dois eixos básicos para o Plano: a idéia da democracia como regime pautado na soberania popular e no respeito integral aos direitos humanos, (consideramos que nunca alcançaremos uma democracia efetiva sem isso) e a cidadania ativa: a formação de cidadãos conscientes dos direitos e deveres e capazes de respeitar os pactos regulamentadores dos direitos humanos. Portanto, é preciso que os cidadãos deste país acompanhem as políticas públicas, participem, fiscalizem, ou seja, tenham o controle democrático do Estado brasileiro.

Consideramos a educação um direito humano fundamental porque é também um meio indispensável para realizar os outros direitos. A pessoa que passa pelo sistema formal de ensino tem condições e informações para poder exigir direitos. A educação também é um instrumento do desenvolvimento de valores, crenças e atitudes a favor ou contra os direitos humanos e o nosso Plano propõe que seja a favor. Há, ainda, a educação reconhecida como um meio para a criação de uma cultura universal dos direitos humanos aqui em nosso país, que respeite os direitos e liberdades fundamentais, adote a prática da tolerância e do respeito à diversidade de gênero, raça e cultura e a possibilidade de as pessoas participarem efetivamente de uma sociedade livre.

Com essa plataforma, definimos os objetivos do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos: contribuir para fortalecer o Estado Democrático de Direito, tendo em vista o desenvolvimento nacional; orientar e fomentar ações educativas nas esferas pública e privada no campo da educação formal e não-formal; possibilitar o avanço do Programa Nacional de Direitos Humanos; estabelecer concepções, objetivos, princípios e ações para programas e projetos nacionais e internacionais; incentivar a criação e fortalecimento de instituições e organizações nacionais, estaduais e municipais de direitos humanos.

Ou seja, a idéia é que com essa pauta de objetivos conseguiremos alcançar um patamar de sociedade que aos poucos vá deixando a sua feição autoritária e assumindo uma feição democrática e cidadã.

O papel fundamental da educação é no sentido de estabelecer os princípios da liberdade, paz e justiça social, e sabemos muito bem o quanto as escolas vêm sofrendo com a questão da violência. Esse é um tema da maior importância. A Unesco tem feito projetos no Brasil e tem contribuído também para essa idéia da paz na escola e para o enfrentamento dos riscos e desafios num mundo em transformação.

É muito difícil trabalhar todos os desafios do século XXI. Vivemos um cenário apocalíptico, composto pela guerra, fome, doença e os fundamentalismos religiosos. Não é um tempo fácil de forma alguma, mas é um tempo profundamente desafiador para os nossos valores e ideais de democracia e cidadania.

Como princípios da política educativa em direitos humanos, definimos a idéia que a Unesco desenvolveu no relatório feito por Jacques Dellors, qual seja, a idéia de que educar é aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a viver juntos. O espaço do processo educativo tem que abranger todas essas instâncias, porque temos em vista o compromisso com a democracia e a cidadania.

Definimos, também que a educação para a cidadania, tal como está sendo pensada no nosso Plano, trabalha a articulação entre as duas esferas de conhecimento da condição humana: de um lado, o conhecimento racional, empírico e técnico, geralmente dos grupos urbanos e de ponta da sociedade; de outro lado, o conhecimento simbólico, poético, mágico e mítico, que está mais ligado ao mundo rural e às comunidades indígenas, aos quilombolas e a outros grupos que trabalham mais o mágico e o mítico do que o racional e o técnico.

Os dois planos de conhecimento são extremamente importantes para a formação de um ser humano voltado para uma postura amorosa consigo mesmo e com os outros. É essa a idéia que nós temos com a proposta da educação em direitos humanos. Temos que perder o medo das pessoas à nossa volta, o medo do mundo, o medo do futuro. É preciso substituir esse medo por uma idéia generosa de afeto.

Definimos também as linhas gerais de ação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), que são as seguintes: criar instrumentos de monitoramento das ações do PNEDH e outras atividades na área de educação em direitos humanos; incentivar a descentralização de programas e ações de educação em direitos humanos para governos estaduais e municipais; fomentar pesquisas na área de educação em direitos humanos, valorizando as experiências exitosas; promover intercâmbio e cooperação entre

diferentes instituições nacionais e internacionais; capacitar membros da sociedade civil e do governo em direitos humanos.

Como áreas temáticas do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, definimos cinco que eu mencionei de início: educação básica, educação superior, educação não-formal, educação dos profissionais do sistema de justiça e segurança, e educação e mídia. Em seguida, passamos a pensar quais seriam os objetivos e os princípios de cada uma dessas áreas.

No caso da educação básica, o objetivo principal é favorecer a formação de sujeitos de direito desde a infância e priorizar pessoas e grupos excluídos, marginalizados e discriminados pela sociedade. Esse é o nosso alvo: trabalhar a exclusão social e a desigualdade social.

Como princípios da educação básica temos: a construção de uma cultura para os direitos humanos; educação em direitos humanos compreendida como forma de combate ao racismo, sexismo, discriminação social, cultural, religiosa e outras; e a promoção de uma educação intercultural e de um diálogo inter-religioso. É extremamente importante que nossas crianças e jovens no sistema formal de ensino possam encontrar uma interlocução que permita realizar esses princípios, e cada professor, cada orientador pedagógico, cada agente educativo tem esse papel.

No ensino superior, definimos como objetivos: promover a formação de profissionais e acadêmicos sensibilizados para uma atuação cidadã, comprometida com o fortalecimento dos direitos e das liberdades fundamentais; garantir nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, as três grandes áreas de atuação da universidade brasileira, o compromisso com a promoção do desenvolvimento, da justiça social, da democracia, da cidadania e da paz.

Podem dizer “Vocês estão sonhando, querem muito”, mas nós preferimos sonhar. Queremos muito. É preciso ter um ideal colocado um pouco distante para que sejam dados os passos necessários para efetivá-lo.

Então, a nossa idéia é que o Brasil pode se tornar um país desenvolvido, justo, democrático, cidadão e pacífico. A violência nos atemoriza e nos aprisiona no dia-a-dia. Conheço várias pessoas que deixam de sair à noite porque têm medo e a nossa capacidade

de reverter esse medo é, fundamentalmente, a mudança dos valores e práticas em nossa sociedade.

Os princípios do ensino superior são: reconhecimento da universidade como instituição social criadora de conhecimento e comprometida com a democracia e a cidadania; garantia do compromisso cívico e ético do ensino superior, no sentido de contribuir para a implementação de políticas públicas capazes de combater a desigualdade e a exclusão social (e aí o papel da universidade, dos professores, dos pesquisadores na formulação e avaliação das políticas, e nós temos estado, de certa maneira, presentes); transformação dos direitos humanos em tema transversal por meio de programas interdisciplinares (essa tem sido uma questão fundamental; em cada universidade o esforço vem de algum lugar para conseguir alcançar esse princípio); criação de linhas de pesquisa interdisciplinares e institucionais na área de direitos humanos (a CAPES vai lançar um edital para fazer um levantamento nas universidades no sentido de conhecer o que estamos realizando no campo da educação para a paz, dos direitos humanos e da violência); e, finalmente, o programa de formação de professores e de agentes de educação em direitos humanos ao nível local, regional e nacional. Este último é uma questão importante que a universidade pode e deve cumprir para contribuir efetivamente nessa direção.

Do ponto de vista da educação não-formal, os objetivos que definimos são: promover o conhecimento em educação popular e incentivar o processo de participação em ações coletivas voltado para a construção de uma cultura da cidadania.

A idéia de que os cursos dados pelas igrejas, sindicatos e associações civis podem incentivar essa postura participativa com valores cidadãos e democráticos, ajudando a construir essas raízes na comunidade, é de extrema importância para edificar uma sociedade forte, participativa, que respeite e pratique os direitos humanos.

Os princípios da educação não-formal são: promoção da igualdade social, da qualidade de vida e da elevação da auto-estima de grupos socialmente excluídos; respeito à diferença e aos valores éticos e cívicos (a universidade teria que acentuar esse papel de formação ética dos alunos, às vezes com pequenas coisas. Um aluno assinar pelo outro a chamada da sala de aula, por exemplo, é um pequeno deslize, mas é uma prática que não é ética); incentivo de valores vinculados à solidariedade e ao combate da discriminação, da intolerância e do racismo. A universidade está avançando nisso com o sistema de cotas. Eu

sou professora da Universidade de Brasília, sou Coordenadora do Núcleo de Estudos para a Paz e os Direitos Humanos, tenho acompanhado na UnB essa questão, e percebo uma certa reação negativa por parte dos alunos, porque o vestibular é muito competitivo e há uma parcela de alunos que se sente prejudicada com o sistema de cotas.

Portanto, é extremamente importante essa discussão interna na universidade, e já fizemos um seminário na Universidade de Brasília sobre proposta de ação afirmativa e a importância que isso tem em nosso país com a tradição de séculos de exclusão, de discriminação, de distanciamento que nós criamos, principalmente em relação à questão racial.

Finalmente, o princípio da articulação do conhecimento popular com o conhecimento acumulado pela humanidade. No caso da educação não-formal, é extremamente importante para as pessoas que têm acesso às informações práticas de temas do cotidiano ajudem o trabalho do sindicato, da associação de bairro e da igreja, de modo a contribuir para que a população possa estar um pouco mais integrada à cultura da humanidade.

Em relação à educação dos profissionais dos sistemas de justiça e segurança, temos aqui inúmeros problemas, tanto em relação às altas taxas de criminalidade como às vítimas, geralmente jovens do sexo masculino, negros, pardos e pobres; por outro lado, a atitude policial nem sempre é eficaz e adequada aos princípios dos direitos humanos; além disso convivemos com uma justiça lenta para deliberar sobre os processos em vigor.

Definimos os seguintes objetivos nesta área: promover o funcionamento do sistema de justiça e segurança tendo em vista o fortalecimento dos direitos humanos; e desenvolver ações educacionais com os profissionais da área, para transformá-los em promotores dos direitos humanos.

Se conseguirmos realizar parte desses objetivos, já teremos avançado muito em relação às violações que estamos vivendo cotidianamente nas prisões e nos outros espaços da segurança pública e da Justiça.

Alguns princípios merecem ser destacados: a construção de uma nova mentalidade no trato com as pessoas e com os movimentos e organizações sociais, de modo que se respeite os direitos de todos. É muito importante que a questão dos direitos não seja algo formal, mas emocional. Eu respeito o direito do outro porque tenho uma referência afetiva

com esse outro. Se formos olhar pela filosofia, principalmente a fenomenologia, área da filosofia que trabalha com a idéia de que eu existo a partir do meu corpo, e reconheço-me como pessoa humana a partir de um corpo que tenho e o dos outros que estão convivendo comigo, e é essa relação de alteridade que permite construir a minha identidade de ser humano. Então, a filosofia dá um espaço de reflexão como ponto de partida e precisamos introduzir a emoção, o afeto, a forma carinhosa de se referir ao outro e de perder o medo do outro – isso é fundamental.

Outro princípio é o resgate da auto-estima dos profissionais da área de justiça e segurança pública, explicitando as contradições e os conflitos próprios de suas atividades. O problema da auto-estima muitas vezes se expressa em uma atitude agressiva, violenta em relação aos outros subordinados aos agentes de segurança e justiça.

Finalmente, temos o princípio da inclusão de conteúdos atualizados de direitos humanos em todas as matérias da formação desses profissionais que possam levar ao respeito de práticas e culturas regionais e locais. No Brasil, temos que lidar com essa questão em relação às regiões brasileiras que têm valores diferentes, pois a violência está cercada por valores culturais, e é preciso trabalhar essas referências que estão sendo construídas no imaginário desses profissionais, onde se estereotipa a relação deles com os outros subordinados a eles.

Por fim, a questão da educação e da mídia, é delicadíssima. Hoje, o poder econômico que se traduz na mídia é um grande obstáculo ao nosso trabalho. Inclusive, em agosto, na Câmara dos Deputados, fizemos um seminário sobre o direito à informação e discutimos a questão de uma maneira mais ampla sobre o que é o direito à informação, como ele tem sido tratado e como tem sido trabalhado pelos meios de comunicação de massa. E agora pensamos em fazer um outro seminário com os empresários da área, no sentido de sensibilizar a classe empresarial para as proposta do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

O objetivo central desta área é incentivar uma mudança de postura da mídia favorecendo a não-violência e o respeito aos direitos humanos. Reconhecemos a importância da mídia como instrumento indispensável do processo educativo, à medida em que tem essa capacidade de atingir praticamente todos os segmentos sociais, ou seja, ela fala para toda a sociedade.

Um outro princípio importante é o incentivo à criação de programas voltados para a promoção dos direitos humanos e a difusão de valores éticos e de cidadania. Tem a Campanha Contra a Baixaria, iniciada pelo Deputado Orlando Fantazzini na Câmara dos Deputados, que tomou conta do País. É um começo do que se pode fazer em relação aos programas cuja mediocridade é um acinte à nossa inteligência. Além disso, o respeito à intolerância, às diferenças e diversidades constituintes de uma cultura de paz e a formação de atores parceiros do processo de educação em direitos humanos, por meio do exercício da responsabilidade social das empresas de mídia e das novas tecnologias, são pontos fundamentais da proposta do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos nesta área.

Se conseguirmos parte desses princípios e objetivos, já teremos avançado muito nos nossos propósitos nos próximos anos.

Hoje, o objetivo maior é que vocês possam discutir o Plano, trabalhar as questões e as propostas que estão colocadas; propor, fazer críticas, verificando o que vocês acham que devem retirar, modificar e o que querem sugerir para acrescentar. O Plano está em debate, esta é a versão preliminar. Estamos fazendo uma grande discussão nos Estados durante este ano, debatendo com os principais atores e interlocutores ao nível estadual, para que as propostas e sugestões sejam encaminhadas ao Comitê. Depois, vamos formar uma comissão que vai fazer a redação final do Plano, trabalhando as sugestões dos Estados para redigir a forma final do nosso Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. A vocês cabe a tarefa de formar o Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos e de elaborar o Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos de Santa Catarina, às quais desejo sucesso.

GRUPOS DE TRABALHO

No período da tarde foram realizadas duas tarefas: primeiro, ouvir as contribuições de cada um dos grupos que se reuniram na parte da manhã, tendo sido cada proposta submetida ao coletivo para avaliação e sugestão. Posteriormente a isso, foi formado o Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos que terá a tarefa de organizar, a partir deste final de ano, para ser implementado no ano que vem, a proposta para o Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos.

1. EDUCAÇÃO BÁSICA

RELATORA: EDIR SEEMUND – O tema da educação básica é bastante complexo, e todos foram unânimes em reclamar do tempo disponível devido à necessidade de maior discussão. Mas como nós educadores somos prolixos, tentamos exercitar a prática da síntese.

Estiveram participando conosco dezessete pessoas: uma professora da educação física; alunas de Pedagogia da UFSC, de diferentes turmas; e representantes de São Miguel do Oeste, de Curitiba, de Lages, de Joaçaba, de Mafra, da Grande Florianópolis e da Secretaria da Educação.

Quanto à primeira questão levantada (“Considerando os objetivos, as diretrizes, os conteúdos, as ações e a organização do documento, que aspectos do Plano Nacional (PNEDH) o grupo considerou mais relevante?”), tentando sintetizar a posição do grupo, construímos um documento que tem a nossa identidade, com participação coletiva, ou seja, adota uma perspectiva intercultural, com a participação das diferentes regiões do nosso Estado.

O que poderia ser eliminado? É difícil eliminar algum tema quando não temos conhecimento da sua totalidade, uma vez que o material foi entregue hoje pela manhã, na hora da inscrição, ou na hora da apresentação das pessoas. Pela complexidade do tema, necessitaria de um maior aprofundamento, uma maior discussão, um maior estudo, para poder definir se algo deveria ser eliminado.

O que acrescentamos? A necessidade de construir políticas; definir o que é a educação em direitos humanos; fundamentar essa definição e os entendimentos que perpassam esse tema (sugestões de textos, de autores para leitura e estudo); construir sugestões a partir de trabalhos em rede e criar um fórum permanente para discussões desse tema.

Em relação à área temática analisada, o que o grupo considerou mais relevante? Foi difícil definir o que era mais relevante. Novamente veio à tona o desconhecimento do assunto. Por mais que as pessoas vieram sabendo que seria esse o tema a ser discutido, foi sentida a necessidade de estudos ou de discussões anteriores.

Garantir espaços de formação continuada. Não é possível definir e fechar um tema, uma área, em um espaço tão curto de tempo. Esse assunto exige estudos e

definições a partir de discussões e formação continuada. Não podemos trabalhar o assunto – educação em direitos humanos – por demandas na educação. Chegou-se à constatação que nós da educação básica trabalhamos muito por demandas, apagando incêndios de forma permanente. É necessário que esse tema perpassse todos os outros e que os professores estejam devidamente preparados para trabalhar nele, seja qual for a disciplina ou área do conhecimento onde estiver sendo discutido. Não podemos trabalhar de forma isolada. É necessário tanto para as instituições como para organizações governamentais ou não-governamentais trabalhar de forma articulada.

O que se acrescentaria? Construir uma política de parceria entre diferentes setores e/ou instituições. As ações não devem ser vagas, devem ser caracterizadas por práticas efetivas.

Novamente, veio à tona a formação das pessoas que atuarão como coordenadores tanto em nível estadual como regional: a necessidade de formação, a necessidade de estudos.

Por fim, a terceira pergunta: “Que sugestões o grupo apresenta para estabelecer uma organização de articulação entre as entidades e as instituições que trabalham com a temática no Estado com vista ao acompanhamento e à implementação das ações de educação em direitos humanos?” A proposta é de elaborar um projeto para viabilizar as discussões e definições da educação básica no Estado, considerando as trinta regiões, as subdivisões e produzir esses trabalhos em rede.

2. EDUCAÇÃO SUPERIOR

RELATORA: LETÍCIA RIBAS D. BOHN – Eu trabalho na Univille, universidade da região de Joinville. Fiquei com a difícil tarefa de relatar. O grupo, composto por representantes da UFSC, da Udesc, da Univille e da Unesc, também teve dificuldades com relação ao tempo, achamos que foi um pouco restrito, poderíamos ampliar mais as discussões.

Partindo dos objetivos e das diretrizes para a avaliação do PNEDH, o grupo considerou que o Plano está coeso. Não teríamos como elencar um objetivo para dar relevância, porém o grupo achou importante fazer algumas considerações no que diz respeito à própria escrita, à apresentação do Plano.

No último parágrafo da página 10, acrescentar “uma cultura de respeito aos direitos humanos”, no texto original, (“A educação ganha maior importância quando direcionada ao pleno desenvolvimento humano e às suas potencialidades e à elevação da auto-estima dos grupos socialmente excluídos, de modo a efetivar a cidadania plena para a construção de conhecimentos, no desenvolvimento de valores, crenças (...”). Acrescentar nesse item a ênfase em uma “uma cultura de respeito aos direitos humanos”.

Dando continuidade, na página 11, o grupo acatou a sugestão de um professor neste item: “(...) à prática de tolerância, do respeito à diversidade de gênero e cultura, da amizade entre todas as nações, povos indígenas e grupos raciais (...)”. Foi pedido para que tirasse “grupos raciais”, por uma questão de inclusão, e foi também acatada pelo grupo essa nova redação, como sugestão.

Quando avaliamos a parte específica do ensino superior, a primeira ação trata da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O grupo considerou esta de maior relevância, à medida em que trabalha nos três níveis que dão sustentáculo à universidade.

A ação nº 8 é muito importante. “Apoiar a criação de fóruns, bem como a criação de núcleos e comissões destinados à promoção, à defesa e à proteção dos direitos humanos nas IESs”, porque ela vem ao encontro do item 4 dos Objetivos Gerais da proposta, ou seja, “avançar nas ações de propostas do Programa Nacional em Direitos Humanos”.

No item 17, “inserir disciplina específica de língua brasileira de sinais no currículo dos cursos de formação das áreas de educação e saúde das IESs”, foi sugerida uma modificação – não a eliminação, mas uma mudança do texto, no sentido de torná-lo mais abrangente: “estimular a criação de programas que garantam a acessibilidade e a permanência no ensino superior de pessoas portadoras de necessidades especiais”.

No item 3, “estimular as agências de fomento a criarem uma linha de apoio à pesquisa em direitos humanos”, achamos por bem inserir “ensino, pesquisa e extensão nas linhas de fomento”, uma vez que algumas universidades trabalham com projetos, justificando também a questão da indissociabilidade.

Foi também pensada numa última ação, de número 19: “propor políticas inclusivas de acesso e permanência na universidade”. Esse foi um dos itens que achamos muito importante e pertinente para essa discussão a respeito de direitos humanos.

Como terceiro ponto, uma outra sugestão foi a criação de um fórum permanente de educação em direitos humanos.

PARTICIPAÇÃO DO PLENÁRIO NA DISCUSSÃO DO TEMA

ANTÔNIO MARCOS MALACHOVSKI (CEFET)

Propõe: 1. a implementação de programas de pré-vestibular para pessoas de baixa renda, egressas de escolas públicas que tiveram uma educação de má qualidade, para que possam competir em condições de igualdade com os outros vestibulandos que cursaram escolas e pré-vestibulares particulares; 2. criação de políticas assistenciais que garantam a inclusão e permanência dos mesmos na universidade.

3. EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL

RELATOR: ANDRÉ LUIZ GONÇALVES – O nosso grupo, que debateu a educação não-formal, é bem diversificado, foi formado por companheiros do Centro de Direitos Humanos do Alto Vale, do Rio do Sul, do Centro de Joinville, da Universidade Federal de Santa Catarina, da Assembléia Legislativa, da Câmara Municipal de Florianópolis e da Associação Escola Oficina da Vida.

A respeito da primeira pergunta sobre o que o grupo achou relevante em relação ao Plano, na verdade, o grupo endossou a proposta que foi trazida neste fórum e também salientou a oportunidade, a possibilidade de emendar com sugestões e supressões o conteúdo que aqui foi trazido. O grupo endossou a proposta do Plano, não destacando nada para ser eliminado.

Vou debater pontualmente, e depois item por item aqui na plataforma das linhas de ação do nosso grupo. Por isso já vou para a pergunta seguinte, que é em relação à temática analisada. O grupo considerou mais relevante a preocupação da organização e desta plenária com a formação e a capacitação dos que lutam pela socialização de conhecimentos em relação aos direitos humanos, pela universalidade e pela garantia do exercício desses direitos.

A última pergunta: “que sugestões o grupo apresenta para estabelecer uma organização de articulação entre as entidades que trabalham com a temática no Estado, com

vistas ao acompanhamento e à implementação das ações de educação em direitos humanos?” O grupo debateu essa questão e concluiu que a implementação, a luta por estar assegurando a construção do Conselho Nacional de Direitos Humanos e a implementação também nos Estados dos Conselhos Estaduais e nos municípios dos Conselhos Municipais, faz-se extremamente urgente, como forma de promover agentes multiplicadores e aglutinadores da questão dos direitos humanos e, por consequência, também o tema de educação.

A nossa plataforma de linhas de ação começa na página 31. O grupo propôs a alteração do item 2 em relação aos responsáveis: além da Secretaria-Geral da Presidência da República, do Ministério Público, do Ministério da Educação, dos organismos internacionais e redes sociais, devem ser incluídos também os agentes que formam o Movimento Nacional de Direitos Humanos. Parto do entendimento a respeito da real legitimidade de algumas entidades que se proclamam na defesa dos direitos humanos, reivindicando verba, auxílio financeiro por determinado tempo e que não têm uma ação prolongada e efetiva em relação às atividades que desenvolvem, pois muitas vezes, aproveitam-se da estrutura financeira ou institucional do Poder Público para se beneficiar, não tendo uma ação ou um trabalho constante.

Essa é uma problemática levantada pelo grupo. A inclusão dos agentes que formam o Movimento Nacional de Direitos Humanos, seria uma forma de fiscalizar, cuidar, zelar para que esse tipo de identidade ou de organização não se aproveite dessa estrutura, dessa rede de ações.

Depois, o item 12, da página 33: “Incentivar o tratamento dos temas de direitos humanos no bojo de produções artísticas, tais como artes plásticas, vídeos e peças teatrais”. Aqui foi feita uma consideração a respeito da amplitude dessas produções artísticas. Se for para tratar de artes plásticas, de vídeos e peças teatrais, então que se trate de todas as suas manifestações.

O grupo propôs que da palavra “tais” até o final seja suprimido, e que se faça uma nova redação “em todas as suas manifestações”, porque nesse sentido, estariam amparados todos os tipos de produção artística. Também incluímos como responsável por esse item o Ministério da Cultura.

O grupo também propôs a criação de mais dois itens, o 13, cuja ação é “implementar os Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Direitos Humanos, tendo como público a sociedade em geral” e os responsáveis são a Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal e a sociedade civil organizada; e o 14, “disponibilizar recursos financeiros e institucionais para a implementação de projetos de inclusão social”, pois uma grande problemática evidente é a questão financeira: muitas entidades e organizações de defesa de direitos humanos ficam reféns da falta de verba para poder executar os seus projetos. Então, o Poder Público carece de dar mais atenção para esse ponto. O público seria os membros das comunidades excluídas, uma vez que são os alvos do trabalho dessas organizações. Os responsáveis seriam os mesmos do item 10; a Secretaria Especial de Direitos Humanos, o Seppir, os Ministérios das Relações Exteriores, da Assistência Social, do Trabalho e Emprego, da Educação, da Cultura, da Justiça, do Desenvolvimento Agrário e da Saúde, além das associações civis, a sociedade civil organizada e os organismos internacionais.

4. EDUCAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO SISTEMA DE JUSTIÇA E SEGURANÇA E DA ÁREA DE EDUCAÇÃO E MÍDIA

RELATOR: DORIAN RIBAS MARINHO

Reiteramos aquilo que foi dito pelos colegas, primeiro, com relação à exigüidade do tempo fornecido para uma matéria tão ampla, discutida com a mínima profundidade. Acho que poderíamos ter tido mais tempo. Ficamos por último no calendário nacional, talvez não por culpa nossa ou por culpa de ninguém, mas o fato é que em uma manhã e uma tarde é muito difícil desenvolver um trabalho com relativa profundidade a respeito desse assunto, principalmente em comissões separadas.

Reiteramos também o interesse dos colegas na formação de um fórum de discussão, no qual possivelmente poderemos tratar desses assuntos mais amiúde.

O nosso grupo tem representantes da Comissão de Direitos Humanos, da Sociedade Catarinense de Direitos Humanos, do Levis (Laboratório de Estudos das Violências) e do Ipesp (Instituto de Pesquisa e Estudo da Segurança Pública).

Quanto à questão do ensino de direitos humanos na segurança pública, sou professor de direitos humanos da Polícia Militar aqui em Santa Catarina há dez anos. O

grande problema que temos, que antecede o problema dos outros grupos, é que vocês já têm um espaço pedagógico constituído, na área de segurança pública e nós não temos. Pelo contrário, temos uma lei que diz da obrigatoriedade de uma disciplina de direitos humanos nas esferas policiais de toda ordem. A lei, como todos sabem, obriga mas não implica obrigatoriamente na execução material.

Acho que a constituição desse fórum é que vai pressionar o Poder Público a cumprir a lei, ou seja, estabelecer um espaço pedagógico dentro da área de segurança pública, no qual a gente possa desenvolver esse trabalho.

O trabalho de direitos humanos desenvolvido dentro das unidades de Polícia Civil, Polícia Militar e agentes prisionais é pulverizado, sem uma grande sincronia, porque decerto não há nenhum interesse do Estado, menos ainda da Secretaria de Defesa do Cidadão, em desenvolver esse espaço. O que nós temos visto são alguns cursos muito esporádicos direcionados aos agentes prisionais que vêm se formando, mas não há continuidade nesses ensinamentos. Decerto, essa é uma área bem mais complexa, com dificuldades bem maiores do que a área da educação.

Para vocês, da educação, que estão chegando agora na questão dos direitos humanos, graças a Deus, que estão se emocionando com a questão dos direitos humanos, digo que o enfrentamento maior que vamos ter sempre é da posição do Estado, da posição dos poderosos. O nosso inimigo a ser enfrentado é exatamente o poder que se estabelece na relação com a sociedade. Nós vamos encontrar, certamente, uma série de dificuldades, o que o nosso grupo, pequeno, tem encontrado nesses últimos anos, mas também tenho certeza de que vamos, só pela quantidade de pessoas que estão aqui hoje, que demonstram interesse em participar das questões relacionadas com os direitos humanos, desenvolver propostas pertinentes com os nossos desejos.

Quero pedir desculpas aos colegas por ter interferido nos grupos, ter ido de sala em sala fazer as colocações que vou reproduzir aqui, senão até seria uma indelicadeza da minha parte.

Acredito que devemos trabalhar os direitos humanos não na perspectiva da caridade ou na perspectiva do favor, mas de entender direitos humanos como direito, como conquista social, como imposição obrigatória de uma sociedade que se pretende civilizada, mas nunca como um favor, nem como uma decorrência da questão pura e simplesmente da

emoção ou daquilo que chamamos de “*caritas*” e não de “*fraternitas*”, ou seja, da idéia de fraternidade do ser humano, de ver que a minha liberdade só se completa com a tua liberdade, que a minha igualdade perante a sociedade só se completa com a igualdade de todos.

No grupo, também achamos que devemos nos mobilizar para que esse projeto não seja um projeto que venha de Brasília repousar no colo da gente já com um desenho pré-programado, porque nós temos aqui em Santa Catarina peculiaridades que são muito específicas do nosso Estado. Em algumas áreas, podemos avançar com mais facilidade, em outras, encontramos maior dificuldade nesse avanço.

Entendo que devemos ter nesse projeto, seja lá como ele venha a se desenvolver, com autonomia para construir nossos currículos e para formar os nossos professores.

Nesse aspecto específico da formação de professores, quero disponibilizar a todos um curso que a OAB já vem promovendo há muito tempo, de formação de multiplicadores e de professores em direitos humanos. Se os colegas se interessarem, queiram telefonar para o número 3248-4765, para que possamos organizar turmas, dias, horários. Acho que é bastante interessante como uma introdução aos direitos humanos.

Em relação a esse grupo, como disse, precisamos cumprir uma lei já existente que determina a inclusão dos direitos humanos obrigatoriamente nos currículos da Polícia Civil, da Polícia Militar e dos agentes prisionais, constituindo um espaço de educação dentro desses órgãos de segurança pública.

Quanto ao estabelecimento de parcerias entre os órgãos de segurança pública, da Justiça, principalmente do Poder Judiciário, que ainda se encontra muito impermeável à questão dos direitos humanos, como também o Ministério Público, que detém exclusividade do poder de demandar as questões relacionadas aos direitos humanos. De certa maneira, esses órgãos ainda se encontram um pouco alheios ao interesse de desenvolver a questão dos direitos humanos, mas acho que, mais do que esses órgãos, o universo da educação vai efetivamente emprestar uma contribuição grande, porque, no meu entendimento pessoal, não adianta modificar as instituições se não modificamos a sociedade. Não são as instituições que constroem uma sociedade, mas é uma sociedade que constrói as instituições. Nós temos que mudar a sociedade dentro da sala de aula para que ela possa, então, mudar as instituições.

Tentando mudar as instituições, nós temos uma substituição paulatina pelos governantes de plantão. Hoje um governante aceita um determinado projeto, aceita uma determinada postura, aceita uma determinada fala e quatro anos depois vem outro governante e cancela todos esses projetos.

Então, o que nós precisamos modificar é exatamente essa exigência da sociedade por esses direitos que pretendemos ver consagrados.

ENCERRAMENTO DO EVENTO

NAIR BICALHO – Eu queria agradecer a presença de todos que aqui vieram. Nós, do Comitê Nacional, dependemos dessa receptividade de vocês em cada Estado, e Santa Catarina é um Estado importante, tem uma trajetória de participação comunitária, principalmente Florianópolis, que tem uma história dos conselhos comunitários.

Então, é extremamente importante que nas cidades, nos municípios e Estados haja pessoas que se sensibilizem e se comprometam com esse projeto. Na verdade, é um projeto. Nós estamos querendo construir uma nova sociedade, e no fundo é esse o nosso horizonte. Estamos olhando para a nossa sociedade violenta, discriminatória, com problemas éticos graves, e estamos buscando alternativas de resposta a essa situação.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos pretende se transformar em 27 planos estaduais e, depois, queira Deus, em centenas ou milhares de municipais. Desejo que ao concretizar essa proposta que foi pensada originalmente em nível nacional, possamos firmar raízes aos pouquinhos, desenvolvendo a nossa capacidade de sensibilização e de penetração mesmo em espaços institucionais de grande importância, como as áreas da educação, segurança, justiça e mídia.

Se conseguirmos, com o esforço de vocês em Santa Catarina e de outros colegas que temos pelo País, fazer essa rede de pessoas comprometidas com a causa da educação em direitos humanos, certamente vamos ter sucesso.

Então, quero agradecer a todos e deixar com vocês essa sementinha de esperança no futuro do Brasil. Estamos vivendo dias muito difíceis, problemas graves. Todos os dias, temos que enfrentar a situação nacional e dar uma resposta para as questões gerais, familiares e profissionais. Somos sempre um pouco guerreiros diante das situações, mas

depende de cada um de nós a condição básica para fazer valer e conseguir realmente efetivar esses ideais e valores dos direitos humanos no campo educativo.

EUNICE SUELI NODARI

Acho que o evento foi bastante produtivo, e na academia, muitas vezes perdemos o poder de síntese, mas hoje nós o aplicamos muito bem. Então se nós tivéssemos dois ou três dias, as nossas conclusões talvez fossem em alguns aspectos mais aprofundadas, mas provavelmente seriam bem parecidas. Já trabalhamos o tema com alguns grupos, talvez não na mesma profundidade, mas é algo que enfrentamos no dia-a-dia, seja na universidade, seja na cidade ou em qualquer lugar.

Estava comentando com a Edir agora há pouco que é a primeira parceria que fizemos com o Erlédio, que se mostrou excelente parceiro - acabamos tendo o mesmo tipo de trabalho, de postura. Tínhamos que ser muito rápidos, e esse evento foi planejado em poucos dias. Até gostaria de colocar que várias vezes foi dito que Santa Catarina é o último Estado onde se realiza o Encontro. Talvez tenha sido o último, mas não foi por causa de Santa Catarina, a questão foi o entendimento com a Secretaria de Brasília. Então, não vamos assumir para nós a culpa. Nós fizemos o evento, estávamos dentro do prazo e o período previsto pela Secretaria, em Brasília, era somente de um dia, tanto que vocês viram que pagamos o almoço para um dia.

Independentemente disso e da contribuição que nós trouxemos com a discussão, o evento é importante também para os professores do ensino básico, porque um certificado é sempre importante para a carreira de vocês, para juntar na progressão. Então, nós fizemos um certificado de oito horas de participação, registrado pela Universidade, pelo Departamento de Apoio à Extensão, e tem validade perante o governo.

Esse é um dos eventos que nós organizamos, mas tem eventos na UFSC praticamente todos os dias, e vocês podem ficar a par deles acessando a página da Universidade na Internet. Quando envolver professores e for relacionado com o governo do Estado, a nossa parceria, a nossa forma de comunicação é através da Secretaria da Educação, quase sempre na pessoa da professora Edir. Por isso, gostaria de fazer um agradecimento especial à Edir neste momento, porque não é de agora que nós temos essa

parceria, tivemos a semana de ensino, pesquisa e extensão também com a parceria do Estado.

Eu acho que é isso. Nós todos somos uma sociedade única, somos de Santa Catarina e, como tal, temos que juntar esforços e não dividir, sejam as universidades públicas, as comunitárias, a Secretaria de Estado, a municipal, a Assembléia Legislativa, a OAB. Eu acho que todos temos que trabalhar pelo mesmo objetivo, que é o Estado de Santa Catarina. Pelo menos é essa a nossa visão na administração da Universidade hoje.

COORDENADOR (Erlédio Pering) – A tarefa que nós temos agora é a de constituir, a exemplo do que foi feito em nível nacional, o Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos, e num primeiro momento gostaríamos de compor esse Comitê com as pessoas aqui presentes.

O Comitê aqui formado também vai buscar alguns atores sociais que não estiveram presentes no dia de hoje: da Segurança Pública, do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, de representantes da mídia e outros. Todos foram convidados, mas, infelizmente, alguns não puderam comparecer.

Por enquanto, vou falar sobre as instituições, para depois a gente entrar na participação das pessoas presentes que estiverem à disposição.

Vão compor esse Comitê: pela Comissão de Direitos da Assembléia Legislativa, a Deputada Ana Paula e eu, que sou secretário; pela Universidade Federal de Santa Catarina, a Dra. Eunice, que vai indicar mais algumas pessoas dentro da Universidade Federal (colocamos aqui de três a quatro pessoas da UFSC); pela Udesc, a Pró-Reitoria de Extensão, a professora Tatiana e mais três dessa universidade; pela Secretaria de Estado da Educação, a professora Edir e mais três pessoas.

Também queremos trazer a Secretaria da Segurança Pública e a Secretaria de Desenvolvimento Social (no mínimo essas duas Secretarias); a Comissão de Direitos Humanos da OAB; o Centro de Direitos Humanos de Joinville, e está aqui o André Luiz Gonçalves. Existe ainda, segundo informações, uma Coordenação Estadual dos Centros de Direitos Humanos, algo nesse sentido, a qual também estaremos consultando.

A Sra. Paula, do Centro de Direitos Humanos do Alto Vale do Itajaí já saiu, mas antes de sair disse que gostaria de fazer parte desse Comitê. Estamos também convidando a Univille.. Quem é da Univille aqui?

(Leticia se manifesta e diz que está representando a Univille.)

Há ainda alguém da Unoesc aqui? Já saiu? Nossa intenção é a de que a pessoa que estava aqui pela manhã também participe.

(Manifestação fora do microfone: “É Unesc.”)

O SR. COORDENADOR (Erlédio Pering) – Unesc? Desculpe-me. Qual o seu nome?

(A pessoa que se manifestou responde: “Klondy”.)

Estamos abrindo agora para os demais companheiros e companheiras que queiram fazer parte desse Comitê.

(Manifestaram-se para fazer parte do Comitê: Silvia Diaz, assessora de imprensa da UCES; Adriana da Costa, do Colégio de Aplicação da UFSC; Solange Büchele de S. Thiago, da Unisul, campus Sul; Jaqueline da Rosa Meggiato, estudante do curso de Serviço Social da UFSC; Cristiane Castro Bernardes, do Cesusc; Antônio Marcos Malachovsky, do Cefet; Elizabete Andrade Alves, da Associação dos Moradores da Ponta Norte; Renaldo Friedemann, assessor do Deputado Federal Carlito Merss.)

Estamos com os endereço de todos vocês para que recebam o convite para o nosso primeiro encontro.

EDIR SEEMUND – Gostaria de agradecer ao Erlédio, à Eunice, à professora Nair e a toda Comissão da Assembléia que veio aqui nos ajudar. Ficamos muito felizes em saber que no final do evento já teremos um relatório praticamente pronto. E quero agradecer de forma bastante carinhosa e especial aos participantes.

Aos representantes do Estado de Santa Catarina no setor da educação aqui presentes, gostaria de pedir que busquem socializar aqueles projetos, aquelas ações que estão ainda engavetadas e ver de que forma vamos transformar isso em uma política educacional em direitos humanos.

Sabemos que há muitas ações quanto à educação carcerária, à prevenção ao uso de drogas, à questão da não-violência, à educação sexual, aos grupos afro-descendentes e

assim por diante. Há uma série de ações que estamos desenvolvendo meio isoladas, sem uma política constituída, e desafiamos esse grupo a buscar esse material e construirmos juntos.

Com certeza seremos parceiros na discussão e elaboração de um plano que represente a nossa capacidade, a nossa possibilidade de trabalho dentro desse tema, que é bastante complexo.

COORDENADOR (Erlédio Pering) – Em nome da coordenação, queremos agradecer à professora Nair; ao Governo Federal, pelo envio de materiais e de subsídios a Santa Catarina; à equipe de taquigrafia da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina; à Comissão de Direitos Humanos da Assembléia; à Universidade Federal, que nos cedeu este espaço; à Udesc, que também participou da coordenação do evento através da Pró-Reitoria de Extensão; e à Secretaria de Estado da Educação, através da professora Edir, que muito contribuiu para a realização do evento de hoje.

Espero que o encontro de hoje seja apenas um começo. Os grupos que aqui se apresentaram colocaram a necessidade de, além de construirmos um plano estadual, termos um fórum permanente na área de educação em direitos humanos.

Acho que essa é a grande tarefa que nos é colocada. Esse Comitê terá a função de viabilizá-la, mas no sentido que já colocamos: somar novos e novos parceiros nessa luta.

Vamos ver se multiplicamos as pessoas que aqui estão, para que no próximo encontro possamos ter mais gente também com qualidade para propor ações para o Estado de Santa Catarina.

Agradeço a participação de todos.



ENTIDADES PARTICIPANTES DO EVENTO

INSTITUIÇÃO/ENTIDADE	Nº DE PARTICIPANTES
Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina	18
ASSESC – Associação de Ensino de Santa Catarina	1
Associação Horizonte – Capacitação de jovens no mercado de trabalho	1
Câmara de Vereadores de Joinville	1
CDHAVI – Centro de Direitos Humanos do Vale do Itajaí	1
Centro de Educação Blumenau	1
CEFET– Centro Federal de Educação Tecnológica / Florianópolis	1
CESUSC - Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina	3
Comissão de Direitos Humanos do Alto Vale do Itajaí	1
Comissão de Direitos Humanos de Joinville	1
Coordenação de Direitos Humanos da OAB/SC	1
CUFA - Central Única da Favela	2
DUDAC	1
GEECT – Gerência de Educação Ciência e Tecnologia (Joaçaba, Lages, São Bento do Sul)	6
Gabinete Regional do Deputado Federal Carlito Merz	2
Gabinete Vereador João da Bega	2
Laboratório de Estudo das Violências / Instituto de Pesquisa e Estudo em Segurança Pública	1
Ministério da Educação	1
Município Biguaçu (professora)	1
Outros (advogada previdenciária, escritora)	3
ONG Herdeiros do Futuro	1
Sedigetem – Salto	1
Secretaria de Educação Municipal (Indaial, Joaçaba, Lages)	3
Secretaria de Estado de Educação	3
Sociedade Catarinense de Direitos Humanos	1
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina	6
UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense	2
UNISUL (Campus Florianópolis e Araraguá)	3
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina	30
UNC – Universidade do Contestado	1
UNIVILLE	4
TOTAL	104

CONCLUSÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO

1. EDUCAÇÃO BÁSICA

1.1. Sugestões para a reformulação e implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos

- **Nome das instituições representadas:** *Secretaria de Estado de Educação, GEECT, Universidade Federal de Santa Catarina, ONG Herdeiros do Futuro.*
- **Considerando os objetivos, as diretrizes, os conteúdos, as ações e organização do documento que aspectos do PNEDH o grupo considerou:**

Mais relevante? *O grupo considerou importante a construção de um documento com identidade e participação coletiva, com a perspectiva intelectual dos membros do grupo.*

O que poderia ser eliminado? *Segundo o grupo nada seria eliminado, mas é necessário considerar as diferentes possibilidades de temas e discursos e aprofundar as questões apresentadas no PNEDH.*

O que acrescentaria? *1. A necessidade de construir políticas para o tema 2. Definição sobre o que é a Educação em Direitos Humanos 3. Divulgação de uma lista de textos sobre o tema 4. Construção de trabalhos em rede 5. Organização de fóruns permanentes de estudos sobre o tema*

- **Em relação à área temática analisada o que o grupo considerou?**

Mais relevante? *1. Garantir espaços de formação continuada 2. O tempo é muito curto para se definir e fechar uma área 3. Esse tema exige estudos e definições a partir de discussões prévias 4. Não podemos trabalhar a Educação em Direitos Humanos por demandas da educação 5. Não se pode tratar dessa temática de forma isolada. É necessário articular com outras instituições e organizações do governo ou não-governamentais.*

O que poderia ser eliminado? *Nenhum tema deveria ser eliminado.*

O que acrescentaria? *1. Construir uma política de parceria entre os diferentes setores e instituições 2. As ações não deveriam ser vagas, mas caracterizadas em práticas efetivas 3. Momentos de estudos para formação de multiplicadores.*

- **Que sugestões o grupo apresenta para estabelecer uma organização de articulação entre as entidades/instituições que trabalham com a temática, no Estado, com vistas ao acompanhamento e a implantação das ações de Educação em Direitos Humanos?** *1. Elaboração de um projeto com o objetivo de viabilizar as discussões e definições da Educação Básica no Estado e nas suas 30 regiões internas 2. Trabalho em rede.*

2. ENSINO SUPERIOR

2.1. Sugestões para a reformulação e implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos

- **Nome das instituições representadas:** *Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Federal de Educação Tecnológica, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Gabinete Deputado Federal Carlito Merss, Universidade do Estado de Santa Catarina e UNIVILLE.*
- **Considerando os objetivos, as diretrizes, os conteúdos, as ações e organização do documento que aspectos do PNEDH o grupo considerou:**

Mais relevante? *O grupo afirmou que após considerar o Plano coeso, não seria possível escolher um objetivo mais importante, mas apenas fazer ressalvas e considerações.*

O que poderia ser eliminado? *Na página 11, o grupo eliminaria o termo “grupos raciais” no terceiro item.*

O que acrescentaria? *O grupo acrescentaria no texto de apresentação, na sétima linha, o termo “uma cultura de respeito aos direitos humanos”.*

- **Em relação à área temática analisada o que o grupo considerou?**

Mais relevante? *O grupo considerou a primeira ação relevante porque prioriza a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.*

O que poderia ser eliminado? *Nenhum tema deveria ser eliminado.*

O que acrescentaria?

AÇÕES	PÚBLICO	RESPONSÁVEIS
1. Estimular as IES a promoverem e valorizarem conteúdos ligados aos direitos humanos em atividades de ensino, pesquisa e extensão.	IES.	MEC, Congresso Nacional, SEDH, Associações de Dirigentes Universitários, Agências de Fomento e Colegiados Superiores das IES e <u>dirigentes das IES</u> .
3. Estimular as agências de fomento a criarem uma linha de apoio à pesquisa, <u>ensino e extensão</u> em direitos humanos.	Agências de fomento.	SEDH e MEC.
6. Estabelecer parâmetro para a <u>sensibilização</u> , formação e capacitação de professores do ensino superior, nos vários níveis, em educação em direitos humanos.	IES, professores das diferentes redes de ensino.	MEC, SEDH e CNEDH.
16. Propor a criação de uma área específica de direitos humanos, com funcionamento integrado, nas bibliotecas da IES.	Estudantes, professores, <u>servidores e demais funcionários</u> universitários.	SEDH e MEC.
17. Inserir disciplina específica de Língua Brasileira de Sinais no currículo dos cursos de formação das áreas de educação e saúde das IES.	Pessoas com deficiências, profissionais das áreas de saúde e educação.	CNEDH, CORDE/SEDH e MEC.
18. Introduzir a perspectiva da educação em direitos humanos como tema transversal nos cursos de licenciatura, <u>graduação e pós-graduação</u> de todas as áreas do conhecimento.	Sociedade em geral.	CNED, SEDH e MEC.
19. Propor políticas <u>inclusivas de acesso e permanência nas universidades</u> .		

- **Que sugestões o grupo apresenta para estabelecer uma organização de articulação entre as entidades/instituições que trabalham com a temática, no Estado, com vistas ao acompanhamento e a implantação das ações de**

Educação em Direitos Humanos? A criação de um Fórum Permanente de Educação em Direitos Humanos.

3. EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL

3.1. Sugestões para a reformulação e implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos

- **Nome das instituições representadas:** *Centro de Direitos Humanos do Vale do Itajaí e de Joinville, Universidade Federal de Santa Catarina, Assembléia Legislativa, Câmara Municipal de Florianópolis e Associação Escola Oficina da Vida.*
- **Considerando os objetivos, as diretrizes, os conteúdos, as ações e organização do documento que aspectos do PNEDH o grupo considerou:**

Mais relevante? *O grupo não definiu nenhum ponto como o mais relevante.*

O que poderia ser eliminado? *Nenhum tema deveria ser eliminado.*

O que acrescentaria? *Definir no texto os conceitos de raça, racismo, portador de necessidades especiais e deficiente físico.*

- **Em relação à área temática analisada o que o grupo considerou?**

Mais relevante? *O grupo não definiu nenhum ponto como o mais relevante.*

O que poderia ser eliminado? *Nenhum tema deveria ser eliminado.*

O que acrescentaria?

AÇÃO	PÚBLICO	RESPONSÁVEL
<u>13. Implementar os conselhos nacional, estaduais e municipais de direitos humanos.</u>	<u>Sociedade em geral.</u>	<u>SED e sociedade civil organizada.</u>
<u>14. Disponibilizar recursos financeiros institucionais para a implementação de projetos de inclusão social.</u>	<u>Membros das comunidades excluídas.</u>	<u>SESHM SEPPIR, Ministérios: Relações Exteriores, Assistência Social, Trabalho e Emprego, Educação, Cultura, Justiça, Desenvolvimento Agrário, Saúde, Associações Cívicas, Sociedade Civil Organizada e Organismos Internacionais.</u>

<u>15. Ampliar responsabilidades das entidades civis que representam os movimentos sociais, sendo feita uma avaliação da história destas organizações.</u>	<u>Entidades civis que representam os movimentos sociais.</u>	
--	---	--

- **Que sugestões o grupo apresenta para estabelecer uma organização de articulação entre as entidades/instituições que trabalham com a temática, no Estado, com vistas ao acompanhamento e a implantação das ações de Educação em Direitos Humanos? Implementação dos conselhos nacional, estaduais e municipais de Direitos Humanos.**

4. EDUCAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DOS SISTEMAS DE JUSTIÇA E SEGURANÇA E DA ÁREA DE EDUCAÇÃO E MÍDIA

1.2. Sugestões para a reformulação e implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos

- **Nome das instituições representadas:** *Universidade Federal de Santa Catarina, Laboratório de Estudos das Violências, Instituto de Pesquisa e Estudos de Segurança Pública, Comissão de Direitos Humanos da OAB/SC e Sociedade Catarinense de Direitos Humanos.*
- **Considerando os objetivos, as diretrizes, os conteúdos, as ações e organização do documento que aspectos do PNEDH o grupo considerou:**

Mais relevante? *O grupo não definiu nenhum ponto como o mais relevante.*

O que poderia ser eliminado? *Conforme considerações dos componentes do grupo, houve unanimidade de que todos os elementos são de extrema importância, sendo necessário repensá-los na perspectiva de efetivação dos objetivos propostos.*

O que acrescentaria? *Considerar os direitos humanos não como caridade ou favor, mas como objeto de conquista social.*

- **Em relação à área temática analisada o que o grupo considerou?**

Mais relevante? *Cumprir a lei já existente e construir um espaço de Educação em Direitos Humanos nos órgãos de segurança pública.*

O que poderia ser eliminado? *Nenhum tema deveria ser eliminado*

O que acrescentaria? *1. Autonomia para a construção de currículos 2. Autonomia na formação de professores em direitos humanos.*

A OAB/SC informou que já desenvolve cursos para professores nesta área. As inscrições são pelo telefone 3248-4765.

- **Que sugestões o grupo apresenta para estabelecer uma organização de articulação entre as entidades/instituições que trabalham com a temática, no Estado, com vistas ao acompanhamento e a implantação das ações de Educação em Direitos Humanos?** *1. Estabelecer parcerias entre os órgãos de segurança pública e justiça e as universidades e demais órgãos de ensino e pesquisa 2. As temáticas não devem ser trabalhadas em uma perspectiva intuitiva e emocional. Há necessidade de utilizar mais produção científica para embasar as ações.*

COMPOSIÇÃO DO COMITÊ ESTADUAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

- Associação de Moradores de Ponta do Norte;
- Centro de Direitos Humanos de Joinville
- Centro de Direitos Humanos do Alto Vale do Itajaí
- CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica - Florianópolis
- CESUSC – Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina
- Comissão de Direitos Humanos da OAB
- Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher da Assembléia Legislativa de Santa Catarina
- Gabinete do Deputado Carlito Merss
- Secretaria de Estado da Educação
- UESC - Universidade do Estado de Santa Catarina
- UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
- UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense - Criciúma
- UNISUL – Campus Sul
- UNIVILLE

